

Reduzir a pobreza no mundo - uma tarefa possível e inadiável

26 Maio 2007

Intervenção de Luís Moita

O convite para esta intervenção deixou-me numa certa perplexidade. Estou pouco seguro acerca da análise que vos apresento acerca da pobreza no mundo, receio que ela seja demasiado marcada pelo cepticismo e portanto pouco motivadora para a nossa acção. Mesmo assim aceitei o convite e confesso que fico um pouco mais tranquilo ao saber que este painel é moderado pelo grande especialista nestes temas que é o Prof. Alfredo Bruto da Costa, o qual rectificará certamente os prováveis desvios da minha explanação.

Se quisesse dar subtítulos ao que vou dizer, o primeiro seria “A compaixão”. Porquê compaixão? Porque o tema que me foi proposto, sucedendo ao tratamento, na sessão da manhã, da pobreza em Portugal, aponta agora para a escala mundial. Ao chegarmos a essa dimensão corremos o risco da generalidade, esquecendo que os grandes números se reportam a pessoas. Ora os fenómenos globais que iremos considerar são plenamente humanos e o anonimato das multidões não conduz necessariamente a uma análise fria. O colectivo não é impessoal. A pobreza é uma abstracção mas os pobres são pessoas concretas. O estudo dessa realidade deve ser acompanhado de compaixão, de modo a sabermos partilhar o sofrimento dessas multidões.

Quando penso no problema da pobreza vejo sempre à minha frente os casos de pobreza absoluta que, em circunstâncias diversas, fui contactando ao longo da vida. Cada um de nós terá as suas experiências próprias, mas eu recordo as que mais me marcaram: nos anos 60, o contacto com muitos dos habitantes do bairro de lata dito do Casal do Pinto, onde é hoje a modernizada encosta das Olaias; mais tarde, com famílias moçambicanas do Vale do Limpopo (o que tinham era, no exterior das casas, umas tantas peças de cozinha junto à fogueira, no interior, uma esteira no chão e um cordel pendurado com uma capulana); pouco depois, com adolescentes e jovens adultos da periferia urbana de São Paulo. Vale a pena recordar esses rostos, para que a nossa reflexão não se desumanize, caindo no impessoal.

Se o primeiro subtítulo fosse “compaixão”, o segundo poderia ser “A inquietação”. Inquietação provocada pelo próprio título deste painel: “Reduzir a pobreza no mundo - uma tarefa possível e inadiável”. Inadiável, sem dúvida. Mas possível? Será de facto possível empreender uma acção que tenha como objectivo a redução da pobreza? Existem condições históricas para isso? Para além da retórica humanitária, temos possibilidade real de iniciativas dotadas de provável eficácia nessa direcção?

Infelizmente, não tenho como certo que se possam dar respostas positivas a estas perguntas. Obviamente são possíveis cuidados paliativos, assim como iniciativas locais com resultados razoavelmente satisfatórios. Um bom exemplo será o caso do microcrédito e do seu contributo para relançar pequenos empreendimentos económicos. Mas quando reflectimos a uma escala global, estamos longe de identificar melhorias significativas na situação de pobreza que afecta uma parte da humanidade.

Ao longo destes dias tem sido insistentemente referida a Declaração do Milénio e o compromisso que ela representou quanto a objectivos, quantificados e calendarizados, para a redução da pobreza no mundo. A meio caminho da meta de 2015, o balanço é tão desolador que nos é permitido falar de fracasso. É verdade que alguns relatórios mais optimistas referem uma diminuição dos níveis gerais de pobreza e um progressivo acréscimo do rendimento dos países não industrializados. Uma análise mais cuidada, porém, mostra o equívoco dessas estatísticas. Basta o excepcional crescimento económico da China para fazer inflectir indicadores genéricos, num sentido aparentemente positivo. Tal progresso esconde a estagnação ou mesmo o retrocesso verificado noutras importantes regiões, com relevo para o Continente africano e em geral para aqueles países a que eufemisticamente chamamos “menos avançados”.

O relatório do Bureau Internacional do Trabalho, tornado público já em 2007, dá conta do impressionante aumento do desemprego à escala mundial. E um pouco antes, na Cimeira Mundial da Alimentação em 2006, o presidente da FAO constatava o dramático crescimento da fome no mundo: quando o cumprimento dos objectivos da Declaração do Milénio implicaria a diminuição de 31 milhões de pessoas subalimentadas por ano, verifica-se inversamente que passam fome quatro milhões de pessoas a mais em cada ano.

Estes indicadores são trágicos mas infelizmente não são novos. Já nos anos 90, Robert Reich, que foi Secretário do Trabalho na primeira Administração Clinton, publicou um livro editado em português com o título “O Trabalho das Nações” (sugestiva réplica ao clássico dos clássicos “A Riqueza das Nações” do pai da ciência económica Adam Smith). Ora Robert Reich defende a tese de que acabaram as economias nacionais a favor de uma “teia global” sustentada pelos agentes económicos internacionalizados e mostra como desse processo decorrem consequências de envergadura. Uma delas é o clamoroso aumento das desigualdades. Ele cita números que entretanto quase se banalizaram: nos EUA, os 20 % mais ricos estão incomparavelmente mais ricos e os 20 % mais pobres estão significativamente mais pobres. E isto que se pode dizer da sociedade norte-americana é também reproduzido à escala global. Quase se poderia dizer que uma parte da prosperidade dos abastados resulta de uma transferência de recursos dos mais necessitados.

Vale a pena tentarmos uma ou outra interpretação destes factos a fim de melhorarmos a nossa compreensão do que está em jogo. Longe de mim a pretensão de vos propor uma explicação completa, para a qual não seria competente, nem este o local para a fazer. Mas é talvez possível avançar com alguns elementos para uma análise, necessariamente breves.

De algum modo, a história destas últimas décadas pode ser sumariamente dividida em dois períodos, dois ciclos (passe a simplificação). Em grosso, desde o após-guerra até aos anos 70-80, nos países industrializados dominaram as políticas económicas a que poderemos chamar social-democratas. Foi um período de grande crescimento económico, onde se consolidou o “Estado social” (o “welfare state”, o “Estado Providência”...). O Estado nacional controlava as principais alavancas da economia e o sector público empresarial tinha um enorme peso, ao mesmo tempo que eram significativas as prestações sociais aos cidadãos, desde a educação e a saúde gratuitas até ao subsídio de desemprego e às pensões de reforma. Ao mesmo tempo tomou-se consciência do problema então designado como “subdesenvolvimento” e das carências que afligiam as populações dos países não industrializados. A ONU proclamou sucessivas Décadas do Desenvolvimento, os países do “Norte” estabeleceram políticas de cooperação com os do “Sul” e havia a expectativa de que os novos Estados independentes da área afro-asiática pudessem ser o motor do desenvolvimento dos seus países.

Este clima de relativo optimismo quanto às possibilidades de diminuir as assimetrias mundiais foi desmentido no período seguinte, correspondendo, também grosseiramente, ao ciclo iniciado nos anos 80. Personificadas pelas figuras de Thatcher e Reagan, novas políticas são postas em prática cujos contornos estão claros para a opinião pública: liberalização dos mercados, privatização dos sectores públicos empresariais, fragilização do Estado enquanto centro de decisão política e enquanto “Estado Providência”, flexibilização do trabalho, progressiva globalização dos circuitos económicos com relevo para os movimentos financeiros, muitas vezes de natureza especulativa. Uma expressão ficou consagrada para significar esta orientação: neo-liberalismo.

No início dos anos 90, John Williamson deu o nome de “Consenso de Washington” ao acordo estabelecido entre a Reserva Federal norte-americana e as grandes organizações financeiras internacionais (como o FMI e o Banco Mundial) para aplicação dessas políticas (ditas monetaristas) à dimensão mundial. A Rússia, na sua transição para a economia de mercado, foi uma das principais vítimas de semelhantes opções, mas o país onde tais receitas foram levadas ao máximo terá sido a Argentina, com a política de “dolarização” e as consequências trágicas que são conhecidas. Na generalidade, os países pobres, endividados, foram submetidos a tratamentos de choque (os célebres “Programas de Ajustamento Estrutural”) em nome de equilíbrios financeiros, mas com pesadíssimos custos sociais. Dito de maneira algo técnica, pode afirmar-se que a economia de mercado reintegrou vastos espaços económicos que se presumiam pós-capitalistas (o chamado “campo socialista”) e quase ultimou a integração das sociedades pré-capitalistas (dos Continentes do Sul).

Todavia, essa integração deu-se de maneira contraditória. Muitos desses espaços económicos, onde vivem multidões, estão a um tempo mais absorvidos e mais marginalizados da lógica do mercado mundial. Foram simultaneamente incorporados e excluídos. Dessa contradição resulta o aumento da pobreza em vastas regiões, designadamente na África Subsariana. Essa África que começou por estar integrada

através do tráfico de escravos, depois pela colonização directa e agora, mais recentemente, se constituiu como um satélite esquecido da economia globalizada. Infelizmente, não há aqui tempo para pormenorizar e documentar este tipo de afirmações, mas de certo podem admitir que elas são fundamentadas.

Por tudo isto, melhor se compreende a minha inquietação inicial. Porque a verdade é que o ciclo histórico que vivemos, longe de ser favorável à abolição da pobreza, dificulta esse objectivo e está marcado por tendências pesadas que vão em sentido contrário. Ao ambicionarmos hoje contribuir para reduzir a pobreza no mundo, sabemos que estamos a remar contra a maré. Agimos em contra-corrente.

Semelhante constatação não autoriza que fiquemos de braços cruzados. Longe disso. A acção continua a ser um imperativo, quanto mais não seja porque sabemos que a pobreza não é uma fatalidade histórica - ela é socialmente produzida -, como sabemos que o nosso planeta tem recursos para satisfazer as necessidades básicas, alimentares e outras, da população mundial.

Além disso, nada prova que aquilo que tenho designado, talvez com imprecisão, como “ciclo histórico” não assista à inversão das tendências agora dominantes. A realidade tem-nos habituado a surpresas e devemos estar alerta para elas. É bom lembrar que uma grande mobilização sem fronteiras impediu em Seattle, em 2000, a criação do AMI - Acordo Multinacional para o Investimento, que estava previsto para constituir mais um instrumento ao serviço do livre curso do capital, em detrimento dos interesses das maiorias. E alguns observadores actuais já prognosticam o fim do Consenso de Washington e a necessária revisão das políticas macro-económicas conduzidas pelos principais centros de decisão.

Provavelmente vamos ter de avançar ao sabor de uma “tecnologia social de pequenos passos” (creio que a expressão é de Karl Popper), trabalhando no âmbito do possível, sem perdermos os horizontes das nossas metas. Ao fazê-lo, estamos a agir no quadro de uma ética cosmopolita, uma ética onde deixa de haver “nós” e os “outros” e onde as solidariedades globais se tornaram imperiosas. Num mundo excessivamente competitivo, temos de fazer valer a necessidade da cooperação, porque sabemos que sem condutas cooperativas a própria competição se pode virar contra si mesma.

Talvez as nossas sociedades da prosperidade e do desperdício, assentes num modelo de crescimento dificilmente sustentável, tenham de caminhar para um estilo de vida mais austero, com um novo tipo de relações entre as pessoas e destas com a natureza. E ao reequilibrarmos as nossas maneiras de viver teremos porventura melhores condições para rectificar as distorções das nossas sociedades, em si próprias e à escala global.